

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº2.599, DE 2007

Proíbe o uso de arame farpado em cercas que delimitam as propriedades rurais, bem como nas que dividem pastagens.

Autor: Deputado JOSÉ AIRTON CIRILO

Relator: Deputado LIRA MAIA

I - RELATÓRIO

A proposição em tela, de autoria do Nobre Deputado JOSÉ AIRTON CIRILO, objetiva proibir a utilização de arame farpado em cercas que delimitam as propriedades rurais, bem como nas que dividem pastagens.

Os produtores rurais terão prazo de dois anos, a contar a partir da data de publicação da presente lei, para a substituição do arame farpado por cercas de arame liso ou outras formas definidas em regulamento.

O regulamento deverá também prever as sanções e fiscalização da lei.

A matéria foi submetida à apreciação das Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao Projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Um grande número de estudiosos e analistas do setor agropecuário têm constatado um equilíbrio extremamente precário da renda do setor, com receitas prejudicadas sobretudo pela apreciação cambial, e custos crescentes, estes sob a alegação do aumento da demanda mundial dos insumos, alta dos preços do petróleo e dos mercados oligopolizados da oferta dos referidos insumos, no Brasil.

No período pós-Plano Real até meados de 2007, enquanto os preços pagos, que refletem os custos agropecuários, se multiplicaram por 4,1, os preços recebidos pelos agricultores tiveram uma variação de 3 vezes em idêntico horizonte temporal. Na pecuária, o fator multiplicado das receitas foi ainda menor, ao redor de apenas 2,4, segundo a Fundação Getúlio Vargas.

Ou seja, a estrutura de custos da agropecuária está ganhando a “corrida” para as receitas, quando o ideal seria uma evolução ao menos emparelhada.

Nesse contexto, o setor rural está carecendo e requerendo políticas governamentais que contribuam para a redução de custos, como desonerações tributárias, abertura à importação de insumos e crédito a juros menores, dentre outras opções.

O mesmo raciocínio vale para a produção legislativa, isto é, necessitamos de leis que concorram para a diminuição dos custos setoriais.

O presente Projeto de Lei vai na contramão dessa premissa, posto que acarretará aumento considerável de custos por conta do investimento em cercas substitutas, produzidas por mercados oligopolizados, a exemplo das de arame liso. Quem arcará com este custo adicional, senão exclusivamente o pecuarista?

Vale lembrar que os mercados externos não estão impondo a remoção das atuais cercas e que as novas exigências remetidas pelos mercados ao setor, como rastreabilidade e certificação, não têm os seus ônus adicionais cobertos ou compartilhados pelas agroindústrias processadoras e supermercados. A rastreabilidade animal, por exemplo, tem

custo unitário estimado em R\$13,69 por animal, somente no primeiro ano, segundo pesquisa feita em Santa Catarina.

Nesses termos, voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.599, de 2007.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado LIRA MAIA
Relator